



**FACULDADE DE INHUMAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS**

CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

FELIPE RODRIGUES PLACIDO

**DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO ÀS CRIANÇAS SURDAS NAS AULAS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

**INHUMAS-GO
2020**

FELIPE RODRIGUES PLACIDO

**DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO ÀS CRIANÇAS SURDAS NAS AULAS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.
Professor (a) orientador (a): Esp. Michele Cristina Figueiredo de Souza Honda

**INHUMAS – GO
2020**

FELIPE RODRIGUES PLACIDO

**DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO ÀS CRIANÇAS SURDAS NAS AULAS
DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO(S) ALUNO(S)

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS), como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Inhumas, 17 de Novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Michele Cristina Figueiredo de Souza Honda – FacMais
(orientador(a) e presidente)

Prof Ezequiel Pereira Lima – FacMais
(Membro)

Agradeço ao meu bom Deus, que me deu forças e sempre esteve ao meu lado para que eu pudesse concluir este trabalho de tamanha qualidade. Dedico este presente trabalho aos meus pais Donizete Plácido e Maria Helena Rodrigues Paes, minha irmã Bárbara Rodrigues Plácido, que jamais soltaram minha mão e estiveram ao meu lado ao longo de toda a minha formação acadêmica. Dedico a todos aqueles que estiveram comigo no decorrer destes quatro anos, entre eles professores e coordenadores do curso de Educação Física, em especial a minha orientadora Michele Cristina Figueiredo de Souza Honda, por sua dedicação e acolhimento neste momento de pandemia. Agradeço pelo seu essencial trabalho, sendo satisfatório para a conclusão de minha monografia. Dedico aqui também àquelas pessoas que me apoiaram neste percurso, a todas estas, o meu muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida que ele me deu, pela força para que eu não desistisse dos meus sonhos, pela forma com que ele me ensinou e proporcionou grandes momentos para que eu pudesse chegar até aqui, em minha primeira de muitas conclusões de curso.

Aos meus pais que não mediram esforços para me ajudar quando eu mais precisei, sempre me apoiando e me mostrando o caminho da verdade e da dedicação. Sempre serei grato ao meu pai Donizete Plácido e à minha mãe Maria Helena Rodrigues Paes, por me darem toda simplicidade, humildade e mostrar a realidade como ela realmente é. Se não fosse pela dedicação deles, este momento não seria possível. Realizo um grande sonho, não somente meu, mas dos meus pais, de terem vivenciado um filho formando. Grato eternamente por essa oportunidade.

Agradeço a minha professora e orientadora Esp. Michele Cristina Figueiredo de Souza Honda, pelo seu apoio, por ter me acolhido neste meio da pandemia, agradeço pela paciência e por me ajudar em minha formação acadêmica, sempre me incentivando e me ajudando para que concluísse o trabalho com grande produção, e com frequência me estimulando a não desistir mostrando a minha capacidade. Não deixo de agradecer ao grande professor e meu primeiro orientador Epaminondas R. da Cruz Junior, que aceitou a missão de me orientar e ajudar a desenvolver o meu trabalho em formas inteligentes e satisfatórias. Agradeço por seus conhecimentos e por suas palavras de dedicação, o meu muito obrigado.

Agradeço a todos os professores que estiveram comigo ao longo de todo o meu trajeto acadêmico, sempre me ensinando e proporcionando grandes conhecimentos. Aos meus amigos que fiz nestes quatro anos, agradeço por cada ajuda que obtive dentro da Instituição, serei eternamente grato por todas as vivências e a cada conversa com cada um.

"Há muitas pessoas de visão perfeita que nada vêem"....."O ato de ver não é coisa natural. Precisa ser aprendido"

Rubem Alves

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

dB	Decibéis
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDI	Lei Brasileira da Inclusão
LOF	Leitura Orofacial
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
ONU	Organização das Nações Unidas

RESUMO

Este trabalho busca analisar os desafios no processo de ensino das crianças surdas nas aulas de Educação Física Escolar. Os objetivos específicos são: compreender, através do levantamento de textos informações sobre o processo de inclusão, auxiliando professores em seus trabalhos; e identificar se há acessibilidade nos espaços escolares. Este teve como metodologia de estudo a revisão bibliográfica, por meio de livros e artigos encontrados nas plataformas digitais na Biblioteca da Facmais, no acervo particular do professor orientador, desde fatos históricos aos mais atualizados, tendo em base autores como: ALVES (2006); SANTOS (2004); GUEDES (2014); LAKATOS (2003) e MANTOAN (2012). Com o estudo realizado aqui, vimos a presença de Leis, de processos de acessibilidade que nos fizeram ter grandes conhecimentos acerca do processo das crianças com deficiência auditiva nas escolas regulares. Observamos as características presentes no ensino às crianças surdas nas aulas de Educação Física Escolar, bem como o acesso dessas crianças e os meios direcionados para que elas possam estar socialmente incluídas. Nota-se, que ainda é um processo e que pode ser dificultado se as políticas públicas de inclusão não buscarem a equidade e a possibilidade de ter um intérprete que o auxilie nas atividades curriculares, sempre em interação com o professor regente.

Palavras-chave: Desafios. Educação Física Escolar. Deficiência auditiva.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the challenges in the teaching process of deaf children in Physical Education classes. The specific objectives are: to understand, through the collection of texts, information about the inclusion process, assisting teachers in their work; and identify whether there is accessibility in school spaces. This had as methodology of study the bibliographic review, through books and articles found on digital platforms, at the Facmais Library, in the private collection of the guiding professor, from historical facts to the most updated ones, based on authors such as: ALVES (2006) ; SANTOS (2004); GUEDES(2014); LAKATOS (2003) and MANTOAN (2012). With the study carried out here, we saw the presence of Laws, of accessibility processes that made us have great knowledge about the process of children with hearing impairment in regular schools and we observed that the characteristics present in teaching deaf children in School Physical Education classes , as well as the access of these children and the means directed to them to be socially inclusive, is still a process and can be difficult if public inclusion policies do not seek equity and the possibility of having an interpreter to assist them in activities curricular, always in interaction with the conducting teacher.

Keywords: challenges; School Physical Education; Hearing deficiency.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O PROCESSO DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	12
1.1 A história da Educação Física	14
1.2 A Educação Física Escolar	16
1.3 Educação Física inclusiva	18
1.4 Acessibilidade	21
1.4.1 A Acessibilidade do surdo na escola	22
2 SURDEZ E SUAS CARACTERÍSTICAS	25
2.1 O surdo e sua história na educação brasileira	26
2.2 LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	27
3 METODOLOGIA	29
3.1 Caracterização do estudo	29
3.2 Seleção do estudo	29
3.3 Leitura Manuscritos	30
3.4 Resultados e discussões	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o processo de inclusão dos alunos surdos no ensino regular foi efetivado através de muitas "lutas" e discussões. E, com a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2005), destinada a assegurar a promoção em igualdade de condições da pessoa com qualquer tipo de deficiência, tanto na inclusão social quanto na liberdade e cidadania, pudemos observar um avanço a nível escolar. Com isso, as escolas, os familiares e os professores precisaram se adequar para atender as necessidades de todos.

A aprendizagem da criança com deficiência auditiva se destaca em um contexto em que ainda existem poucos aspectos capazes de solucionar este processo. O processo de inclusão no ensino regular, relacionado às crianças com deficiência auditiva é de caráter obrigatório sancionado por lei como aponta Sigolo (2010, p.174, e SAMPAIO, 2012, p.22). Para Libâneo (1999) os métodos de ensino são as ações do professor pelos quais se organizam as atividades dos alunos para atingir objetivos de trabalho docente em relação a um conteúdo específico.

O tema foi escolhido através da percepção dos desafios de incluir nas aulas de Educação Física os alunos com surdez, tendo como objetivo analisar as dificuldades dos professores em incluí-los em suas atividades. Para tanto, compreender os processos e as dificuldades enfrentadas pelos professores de Educação Física no ensino às crianças com deficiência auditiva na escola regular é de grande relevância para possíveis estudos futuros.

Os motivos pessoais para a execução da pesquisa, se concretizam através da percepção das dificuldades encontradas pelos profissionais competentes na área da Educação Física. Esses motivos se configuram como, apresentar uma aula organizada e sistematizada a todos os alunos e que contemple as necessidades dos alunos com deficiência auditiva, e descobrir suas verdadeiras barreiras para administrar aulas para o público infantil com surdez.

A relevância científica de se pesquisar o tema escolhido é de apresentar discussões acerca do tema proposto para a possível solução e entendimento dos desafios relacionados às aulas de Educação Física, as quais envolvam professores e alunos com deficiência auditiva.

A relevância social de se pesquisar a temática é a de observar os desafios

encontrados por professores, buscando entender o que pode facilitar para a aprendizagem dos alunos, não somente na área da Educação Física, mas em todas as outras disciplinas.

A viabilidade de sua realização, se ressalta através de pesquisas para encontrar possibilidades de se resolver alguns obstáculos como a falta de acessibilidade aos espaços escolares.

A pertinência do tema proposto se relaciona com os aspectos da inclusão social, a ponto de buscar meios de compreendê-los dentro do sistema escolar. Com isso, o professor ficará responsável por planejar as aulas, para que sejam acessíveis a todas as crianças, tanto nas aulas práticas como nas aulas teóricas. Este estudo tem como objetivo geral a análise dos desafios no processo de ensino das crianças surdas nas aulas de Educação Física escolar. Já os objetivos específicos são: compreender, através do levantamento de textos, informações sobre o processo de inclusão auxiliando professores em seus trabalhos; e identificar se há acessibilidade nos espaços escolares.

A pergunta norteadora deste projeto consiste em saber: Quais são os desafios encontrados no processo de ensino das crianças surdas nas aulas de Educação Física escolar? Sendo assim, é possível que diante dos desafios encontrados no processo de ensino das crianças com deficiência auditiva nas aulas de Educação Física escolar, a acessibilidade e a formação do professor sejam determinantes no processo de aprendizagem.

Para o desenvolvimento do presente estudo, primeiramente deve ser esclarecido aos leitores, quais os desafios encontrados nas aulas de educação física para crianças surdas. Vale ressaltar, que este estudo discorreu através de pesquisas científicas de artigos relacionados ao termo proposto em relação aos desafios no processo de ensino das crianças surdas nas aulas de Educação Física. Para dar continuidade na pesquisa, serão analisados artigos bibliográficos na Biblioteca da Facmais, no acervo particular do professor orientador e através de textos científicos encontrados nos artigos em meio tecnológico. Utilizamos como autores fundamentais: ALVES (2006); SANTOS (2004); GUEDES (2014); LAKATOS (2003) e MANTOAN (2012).

Analisando a história e sua perspectiva, podemos estabelecer métodos para resolver os desafios encontrados na aula de Educação Física. Por meio dos conhecimentos e artigos lidos, foi estabelecido objetivos que foram sancionados para melhor entendimento e compreensão em como o professor pode, através de atividades organizadas, atender a todos os alunos.

1. O PROCESSO DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste capítulo iremos tratar do processo de ensino na educação inclusiva, a história da Educação Física, a Educação Física Escolar, Educação Física inclusiva e a acessibilidade e modos de utilização deste processo.

Para falarmos da educação inclusiva, primeiramente devemos ter conhecimento sobre a forma de educação e a função real da escola. O processo de ensino através de metodologias utilizadas por professores da Educação Física escolar é fundamental para a formação da criança por sua subjetividade e eficácia na psicomotricidade nas idades menores. Portanto, para que as metodologias utilizadas pelos professores sejam fundamentais para o desenvolvimento cognitivo dessas crianças, esses profissionais deverão primeiramente estabelecer o conhecimento do seu público e suas dificuldades.

A aprendizagem da criança surda vem crescendo gradualmente ao longo dos anos, mesmo que ainda existam obstáculos que dificultem este processo, a prática de inclusão no ensino regular se torna essencial para que essas crianças possam desfrutar de um ensino de qualidade.

A Educação Inclusiva é um processo social que vem se desenvolvendo em todo o mundo e direciona os pensamentos para a reflexão sobre a educação e o papel da escola nos tempos modernos. Portanto, “compreende-se que a educação escolar deve proporcionar a todos os indivíduos o desenvolvimento social, cognitivo, psicológico e afetivo, de maneira integral, preparando os indivíduos para exercerem suas capacidades e funções de modo pleno na sociedade” (NOZI; VITALIANO, 2012, p.340).

Através deste contexto, pode-se observar e garantir que a inclusão está de fato ligada a todo o nosso cotidiano. Nas unidades de ensino, não seria diferente e adaptá-las em um ambiente onde existem atividades pela qual se prezam o aspecto verbal, como em aulas de Educação Física, se torna um desafio para o professor administrar suas aulas em um ambiente que tenha crianças ouvintes e não ouvintes.

De acordo com Dizeu e Caporali (2005), a criança surda em sua fase inicial de vida que venha ter contato com um adulto, também surdo, poderá ter mais conhecimento e facilidade, para assim poder compreender e formar sua subjetividade. (DIZEU; CAPORALI, 2005, p.588).

Para poder solucionar os desafios relacionados às crianças surdas no ensino inicial é importante que elas estejam presentes em um ambiente onde possam sentir-se incluídas, pois mostrar esse tipo de classificação social para uma criança,

certamente ela poderá se sentir uma pessoa melhor dentro de uma sociedade “exclusiva, desigual, com estigmas e paradigmas”. (COUTO; GOELLNER, 2009).

A inclusão escolar é um processo cuja existência está ligada a profundos estereótipos que causaram ao longo do tempo estigmas e mecanismos de defesa quanto o que é ser “normal” ou “anormal”, contrariando grande parte da sociedade dependente deste processo inclusivo.

Segundo Carvalho (2000):

A escola inclusiva tem sido caracterizada como espaço social privilegiado para a aprendizagem conjunta, incondicional, nas classes comuns de alunos deficientes ou não, mas que apresentam necessidades educacionais especiais, uma vez que favorece o desenvolvimento de sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade. (CARVALHO, 2000, p.21).

Relacionado a tais aspectos, as aulas de Educação Física ganham um novo desafio mediante às dificuldades encontradas por professores. Alguns desafios encontrados são o fato de não possuírem um ambiente totalmente preparado para obter grande sucesso em suas atividades e sobre seus conhecimentos relacionados à Libras.

O professor por sua vez, utiliza de forma repetida a apresentação de suas atividades de forma verbal, portanto, tendo em consideração que existam alunos com deficiência auditiva em sala de aula ou em um ambiente relacionado às práticas da educação física, precisa buscar meios de conseguir atingir esses alunos.

É primordial que sejam estabelecidas capacitações específicas para que os profissionais que atuam em salas que tenham alunos com deficiência auditiva possam executar suas aulas de forma coerente, dando então um aspecto de leveza dentro do ambiente escolar para que essas crianças possam se identificar e formar como pessoas determinadas, se mostrando fortes para enfrentar os desafios fora da escola. A continuação da formação dos professores é fundamental para criar perspectivas positivas aos alunos que precisam deste conhecimento, tornando um meio de incentivo para continuar seguindo em frente com diálogos formados e de grande experiência.

Dentre as possibilidades de desenvolvimento de professores de Educação Física capacitados para a inclusão escolar, pode-se citar a realização de oficinas e oportunidades que permitam a relação teórica e prática abordando a surdez e sua realidade, a adaptação de atividades utilizadas em sala de aula e até mesmo a influência e presença do intérprete de Libras. Isso pode servir de grande ajuda aos docentes, visto que os aproxima das vivências desta realidade.

1.1 A história da Educação Física

A Educação Física vem se tornando atualmente um dos cursos cuja integração e aceitação é de suma importância, por estar associada cada vez mais com os cuidados à saúde e ao bem-estar. Segundo Barbanti (2002), "a Educação Física se preocupa com o relacionamento entre o movimento humano e outras áreas da educação, isto é, sobre o desenvolvimento físico com o mental, o social e o emocional".

O objeto de estudo da Educação Física é a cultura corporal que está relacionada à área de jogos e brincadeiras, esportes, lutas, danças, ginásticas, desenvolvendo conteúdos com propostas de identificar o potencial de cada aluno respeitando seu contexto. Então, podemos destacar a importância da Educação Física na grade do currículo escolar, dando apoio e conhecimento aos alunos a partir dos desafios motores em forma de reconhecer o desenvolvimento e limite do corpo contribuindo para a formação do indivíduo, sempre dando espaço àquilo que chamamos de respeito e igualdade social.

Desde o surgimento da raça humana, existe um longo tempo em que se separa a primeira vez do surgimento dos primeiros homens na Terra, há cerca de 1.000.000 anos atrás. Os homens, por sua vez, viviam em pequenos grupos ou tribos e lutavam por sua sobrevivência, fugindo de animais e caçando-os.

De acordo com Guedes (2014),

Historiadores desvendaram que no Oriente os humanos logo começaram a se tornar mais civilizados devido aos exercícios que tinham um sentido moral preparatório para a vida. Na Índia, a atividade física estava completamente unida com o ensino e a religião daquela sociedade. Algumas práticas na China conferiam a guerra de forma a aprimorar as qualidades físicas e motoras dos guerreiros. (GUEDES, 2014, p. 20).

Algumas pesquisas mostram que durante este período primitivo, o homem já entendia a necessidade de manter seu corpo forte e saudável para poder proporcionar os movimentos básicos como: correr, saltar e arremessar.

Em diversas pesquisas durante o surgimento dos povos, pode-se destacar a relação com os exercícios propostos por eles capazes de beneficiar em aspectos da saúde corporal e mental. Uma das frases que mais faz sentido é a interligação do corpo com a mente, foi dita no primeiro século antes de Cristo por um poeta romano chamado Juvenal. A frase que vem do latim, "Mens sana in corpore sano", tem como significado "Mente sã e corpo são", ou seja, o bem-estar físico e mental. Com todos

esses aspectos históricos, foram surgindo interesses pela humanidade tanto fisicamente quanto mentalmente.

A Educação Física, que surge como ideia de "educar o físico", se enriquece a partir das evoluções de pesquisas ao longo do ano de 1851. Com os estudos relacionados aos aspectos existentes na humanidade a Educação Física teve por finalidade seu reconhecimento através das evoluções no Brasil tais como:

Quadro 1- Educação Física no Brasil

Em 1851- Reforma Couto Ferraz.	A qual tornou obrigatória a Educação Física nas escolas do município da Corte.
Em 1882- Reforma Leôncio de Carvalho, Decreto nº 7.247/1879.	No qual defendeu a inclusão da ginástica nas escolas e a equiparação dos professores de ginástica aos das outras disciplinas.
Em 1929- III Conferência Nacional de Educação.	Possibilitou que profissionais da educação discutissem os métodos, as práticas e os problemas relativos ao ensino da Educação Física.
Década de 30	O exército passou a ser a principal instituição a comandar um movimento em prol do "ideal" da Educação Física.
Constituição 1937	É que se fez a primeira referência explícita à Educação Física em textos constitucionais federais, incluindo-a no currículo como prática educativa obrigatória (e não como disciplina curricular).
Em 1961- Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.	Nessa lei ficou determinada a obrigatoriedade da Educação Física para o ensino primário e médio. A partir daí, o esporte passou a ocupar cada vez mais espaço nas aulas de Educação Física.
Em 1968- Lei nº 5.540 em 1971- Lei nº 5.692	A Educação Física teve seu caráter instrumental reforçado: era considerada uma atividade prática, voltada para o desempenho técnico e físico do aluno.
Decreto nº 69.450/1971	Considerou-se a Educação Física como "a atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando".
Década de 1980	Ocorreu então uma mudança de enfoque, tanto no que dizia respeito a natureza da área quanto no que se referiam aos seus objetivos, conteúdos e pressupostos pedagógicos de ensino e aprendizagem.
Lei de Diretrizes e Bases- 1996	Busca transformar o caráter que a Educação Física assumiu nos últimos anos.

Fonte: www.portal.mec.gov.br (1997).

A partir dessas referências que marcaram a história do Brasil, obtiveram então a prática da Educação Física Escolar com aspectos mais dinâmicos e mais empolgantes durante a ministração das aulas. Com base na LDB (Lei nº9394/96), no

parágrafo 3º, diz que, “A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica”.

Sabemos então que a LDB (Lei nº 9394/96), é de grande valorização para a área da Educação Física, enriquecendo o conhecimento, mostrando sua importância aos alunos e enfatizando seu considerável caráter demonstrativo, relacionando a sua relevância na história da Educação Física até a Educação Física Escolar Inclusiva.

No entanto, mesmo diante de tanto conhecimento histórico, fica no ar aquela dúvida sobre, o que é de grande valia para a Educação Física? Vemos que, mesmo diante de tantas informações, ainda existem contradições sobre o reconhecimento do termo Educação Física. Para Sérgio (1989 p. 31), “a educação física encontra-se em crise que se vê em uma diversidade de interesses, estímulos e leituras”. Diante disso, o autor relata a falta de identidade ou de definição, provocando assim, uma crise interna. Mas o que não pode ser mudado é a sua história e sua grande importância para o desenvolvimento motor do corpo humano, criando diversos paradigmas, relacionados às demais culturas, proporcionando pedagogicamente conhecimentos da área corporal.

1.2 A Educação Física Escolar

Segundo Soares (1996, p.8), “A Educação Física Escolar tal como a concebemos hoje – como matéria de ensino – tem suas raízes na Europa de fins do século XVIII e início do século XIX. Com a criação dos chamados Sistemas Nacionais de Ensino, a Ginástica, nome primeiro dado à Educação Física e com caráter bastante abrangente, teve lugar como conteúdo escolar obrigatório”.

No Brasil, a Educação Física Escolar só teve parte como disciplina nas matrizes curriculares a partir do século XX, em meados do ano de 1929. Porém, a partir de um acordo de Decreto Lei nº 168 de 3 de Abril de 1939, ou seja, 10 anos após a inclusão da disciplina nas bases curriculares, o Estado do Piauí inseriu como disciplina a Educação Física Escolar, publicado em Diário oficial do Estado de nº 77, surgindo por sua vez a Educação Física nas escolas públicas.

Mesmo após vários anos em que a disciplina de Educação Física passou a integrar as bases curriculares, ainda surgem alguns desafios bastante comuns.

A Educação Física é uma disciplina que integra o educando na cultura corporal, formando o cidadão que irá produzi-la, reproduzi-la e transformá-la através dos jogos, dos esportes, das lutas, da ginástica e das danças, na busca do exercício crítico da cidadania e de uma melhor qualidade de vida. (SOAREZ, 1996, p. 12).

Por mais que atualmente a disciplina seja destacada por ser uma matéria “divertida” e por não possuir muita exigência, para os professores da Educação Física existem alguns aspectos capazes de mostrar grandes desenvolvimentos, desde a colaboração com a escrita e leitura ao seu desenvolvimento psicomotor que servirá de base para o seguimento de suas vidas. Esclarecendo por sua vez que, mesmo que a Educação Física seja vista pelos alunos como uma das melhores disciplinas por proporcionar diversas atividades e brincadeiras, onde os deixam livres para que possam correr, pular, gritar entre outros movimentos envolvendo a disciplina, existem desafios, pelo qual os professores da Educação Física tentam construir uma relação entre professor e alunos. Desafios tais como, a iniciação da atividade esportiva escolar e a Educação Física inclusiva.

A iniciação esportiva na escola é um tema bastante discutido dentro da Educação Física. A iniciação esportiva é o momento destinado às crianças, cuja prática regular de um determinado esporte é monitorada e orientada através de diversas atividades esportivas.

A prática da Educação Física Escolar não está relacionada apenas com o corpo, ela pode também ser uma mediadora no processo de aprendizagem através de atividades que proporcionam e enriqueçam sobre os valores, a ética, o respeito às regras e às diferenças, a socialização e interação, facilitando assim, os trabalhos em grupo.

Cabe ao professor de Educação Física, propor estratégias capazes de promover durante suas aulas, métodos que tornem seus alunos mais motivados para a prática desportiva por meio de diversas metodologias. Para isso, necessita buscar aulas mais atrativas e que incentivem a inclusão e a diversidade nas aulas. Assim, propor uma aula para todos, respeitando as diferenças e fortalecendo a equidade.

Destaca-se que a iniciação esportiva não é apenas o início da prática esportiva de uma criança, a iniciação esportiva marca como essencial para o desenvolvimento motor, onde serão trabalhados diversos aspectos, tais como: movimentações e gestos, obedecendo os limites em relação a cada idade, para que em um futuro esta criança possa estar preparada para uma eventual modalidade.

Segundo Manoel (1998),

“há adaptações típicas de uma fase do ciclo da vida que não têm necessariamente implicações para o desenvolvimento, embora constituam parte essencial à manutenção da estabilidade do indivíduo. Mesmo quando as mudanças não estão diretamente ligadas à motricidade, elas são essenciais ao processo de aquisição, desenvolvimento motor e humano”. (MANOEL, 1998, p. 111).

Quando o assunto é iniciação esportiva com crianças, devem ser colocadas

em observações o modo de desenvolvimento deste trabalho. Deve ser observado como anda o processo de adaptação para que possa manter a segurança e o interesse do aluno nas atividades.

Para um trabalho de qualidade e eficiência, cabe ao professor de Educação Física, estabelecer contato com os pais para que possam explicar os processos de desenvolvimento físico e mental das crianças durante a iniciação das práticas esportivas.

Mesmo que o professor de Educação Física seja o indicado a prestar serviços de qualidade e eficiência na sua área, muitas vezes estes profissionais encontram grandes desafios refletindo então na qualidade de suas aulas, tais como: falta de materiais e recursos, inclusão de alunos com deficiência, falta de apoio da sociedade entre outros. Porém, o professor é essencial para o desenvolvimento de jogos e brincadeiras, capazes de interagir e motivar seus alunos, dando total interesse de forma inovadora e simples para que possam estabelecer suas habilidades.

As atividades com crianças devem ser tratadas de forma gradativa para que elas possam se encontrar dentro das atividades e ir se adaptando com as habilidades esportivas. Sobre isto, Villani (1998, p.169), destaca o treinamento com crianças de forma preparatória para esportes de alto nível e não para ser encarado como um treinamento de alta intensidade.

1.3 Educação Física Inclusiva

A Inclusão social trata-se de combater a exclusão em uma sociedade provocada pelas diferenças de classes sociais, de educação, idade, cor da pele, indígenas, homossexuais, travestis e pessoas com necessidades especiais. Sendo assim, a inclusão social torna-se uma questão de respeito, tratando de forma igualitária todos os cidadãos e combatendo a segregação social. Nesse sentido, a Educação Inclusiva surge por meio da Conferência de Educação para Todos, ocorrido em 1990 na Tailândia, tendo como objetivo a criação de estratégias voltadas a todos sem exceção. Um outro referencial histórico para a Educação Inclusiva foi a Declaração de Salamanca em 1994, promovendo o direito à inclusão para todas as crianças do ensino regular, possuindo deficiência ou não.

Nas escolas, o termo inclusão social surgiu para defender e diminuir a quantidade de exclusões decorrentes às pessoas com alguma deficiência de modo

geral. A partir da década de 80, depois que as noções de exclusão social vieram à tona, surgiram propostas pelas organizações internacionais (ONU, FAO, UNESCO, OIT, OEI, Banco Mundial etc.). De acordo com Sasaki (1997), o termo inclusão social foi surgindo e concretizado nos países desenvolvidos desde a década de 80, e no Brasil de acordo com Aguiar (2002; 2004), que teve um acréscimo no número de estudos relacionados a este tema, devido a Constituição da República Federativa de 1988.

Na escola ainda existem alguns desafios por parte de professores em poder incluir e adaptar atividades para alunos surdos em suas aulas, relacionados à falta de estrutura, materiais e formação adequada para dialogar com as diferenças de cada aluno. Um de seus grandes desafios seriam a falta da compreensão durante a comunicação entre professores e aluno, sendo um dos obstáculos para o aprendizado dessa criança.

Durante as aulas de Educação Física, a comunicação é de grande importância, pois é uma disciplina que depende e utiliza de sons e diálogos para serem trabalhadas.

Discorrendo sobre os fatos, a Educação Física juntamente com seus profissionais da área, vem buscando criar estratégias para adaptar e incluir alunos com necessidades especiais em suas atividades, proporcionando o acesso aos elementos da cultura corporal. "A Educação Física deve possibilitar ao aluno análises críticas sobre a cultura corporal de movimento bem como distinguir, compreender e renovar esta cultura" (BETTI; ZULIANI, 2002, p.75).

A presença do aluno com deficiência dentro da unidade de ensino, transforma todo um ambiente tornando-o mais acessível. A escola passa por diversas mudanças para incluir essas crianças, em relação ao espaço físico e propondo cursos de qualificação em atendimento especializado aos professores, a mudança nas metodologias de ensino e materiais e recursos de avaliação. De acordo com o parágrafo 2º do artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010). Constituição Federal (1988).

O maior desafio do professor em aplicar sua aula, tendo uma criança, se passa por meio da elaboração dos conteúdos a serem tratados, promovendo a sua responsabilidade como docente em educação especial, criando alternativas que sejam adequadas para qualquer aluno, surdo ou não.

As aulas de Educação Física possuem aspectos importantes no princípio de inclusão, conduzindo e direcionando para garantir condições de participação por meio de adaptações nas atividades físicas, utilizando metodologias práticas ao ensino. Rosilene Diehl (2008), diz que a "Educação Física Inclusiva e o esporte adaptado visam garantir às pessoas com deficiência uma melhor qualidade de vida, pois auxiliam no desenvolvimento das habilidades motoras básicas e contribuem para a autoestima". Com isso, proporcionando experiências novas a todos os alunos, incluindo aqueles que tenham algum tipo de deficiência criando a ludicidade entre todos.

Mesmo que haja uma grande discussão sobre a inclusão de alunos com alguma deficiência nas aulas de Educação Física, propondo um conceito positivo para muitos alunos, existem alguns aspectos negativos em desfavor das diferenciações relatadas pelos seres humanos. Assim, mesmo diante de uma organização inclusiva, ainda possuem aqueles que não são favoráveis ao ato de incluir uma criança com necessidade especial em meio àquelas chamadas de "normais".

A presença de uma pessoa com deficiência nas aulas de Educação Física muda todo um planejamento metodológico, gerando novos desafios para todos aqueles que estão inseridos no ambiente escolar. O professor, por sua vez, deve estabelecer novas estratégias capazes de incluir estes alunos, independentemente de sua deficiência, exigindo ainda mais profissionalismo para propor atividades que incluam todos os alunos em sua aula. "A efetivação da inclusão, sem o devido preparo dos profissionais e com pouco zelo pedagógico, tem construído espaços de exclusão..." (ALBRES, RODRIGUES, 2018. p.21).

Sobre as dificuldades encontradas por professores de Educação Física, Gonçalves, Santos e Júnior (2007) relatam que:

(...) evidencia-se um dos grandes problemas existentes na educação física: a falta de identidade do profissional, a falta de clareza em suas atuações e, conseqüentemente, o não reconhecimento da sociedade. Nota-se, portanto, que o não comprometimento da atuação dos profissionais de educação física é muitas vezes causado pela falta de compromisso e interesse com a profissão, ou, em alguns casos, de como foi sua formação acadêmica. Mas percebe-se, porém, que o trabalho deste profissional é dificultado, na maioria das vezes, por inúmeros fatores, como falta de materiais, espaço inadequado, desvalorização da sociedade, de outros profissionais etc. (Gonçalves; Santos e Júnior, 2007, p. 495)

Observa-se através deste pensamento, que as dificuldades encontradas pelo professor de Educação Física estão muito além de somente incluir, mas também no interesse tanto profissional quanto da sociedade e pela diferenciação imposta à pessoa com deficiência na escola e a falta de espaços adequados para inclui-los.

De acordo com Mantoan(2012):

A escola tem resistido a mudanças que evoluem o estar com o outro, porque as situações que promovem esse desafio e mobilizam os educadores a mudar suas práticas e atender as novas possibilidades educativas trazidas pela inclusão estão sendo constantemente neutralizadas por políticas educacionais, diretrizes, currículos, programas compensatórios (reforço, aceleração entre outros). Essas iniciativas fazem a escola escapar pela tangente e a livrar do enfrentamento necessário com sua organização pedagógica excludente e ultrapassada. (Mantoan, 2012, p.3).

Ainda, de acordo com a fala de Mantoan (2012), os desafios se encontram através da resistência que a escola propõe em desenvolver meios inclusivos, propondo mudanças educacionais que buscam por mais apoio e determinação dos professores.

A Educação Inclusiva, por sua vez, busca selar alguns costumes existentes por nossa sociedade, observando então, que o princípio está no destaque em que todos os seres humanos, têm em salientar na forma em que vivemos e aprendemos por meio de suas características, mostrando que cada um, mesmo com suas diferenças, estão sujeitos a uma aprendizagem digna e satisfatória, proporcionando o aspecto de desenvolvimento de cada indivíduo.

Mantoan (2012), destaca em referência a igualdade onde, “conviver com o outro, reconhecendo e valorizando as diferenças é uma experiência essencial a nossa existência, mas é preciso definir a natureza dessa experiência, para não se confundir o estar com o outro com o estar junto ao outro” (MANTOAN, 2012, p.1).

1.4 Acessibilidade

Para darmos início a este parágrafo, primeiramente devemos ter conhecimento sobre o que será dito. De um modo simples, acessibilidade é aquilo em que se tem fácil acesso. Tornando-o uma maneira inclusiva para qualquer pessoa que possua algum tipo de deficiência. Este tipo de acessibilidade propõe eliminar obstáculos e implantar maneiras acessíveis em edifícios, ruas, prédios públicos ou privados para que possam ser adaptáveis visando sempre a segurança das pessoas que farão uso.

Podemos destacar a importância que a acessibilidade contribui com o processo de inclusão, sempre pensando em oportunidades para que essas pessoas tenham suas próprias escolhas de acordo com as suas condições físicas, designando o papel inclusivo. Alves (2006, p.12), especifica este processo de “metonímia de acessibilidade para todos”, está ligado ao modo das movimentações.

O termo acessibilidade se torna um meio de grande importância ao acesso de pessoas com deficiência. Este processo, atualmente tão importante, teve sua origem no final do ano de 1940, com o intuito de melhorar no deslocamento das pessoas que têm algum tipo de deficiência. Cerca de 50 anos após o surgimento deste termo, o

processo de acessibilidade começa a ganhar um paradigma chamado de desenho universal. Para a Organização das Nações Unidas (ONU), "a definição de acessibilidade é o processo de conseguir a igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade".

Para Tavares Filho (2002), o conceito de acessibilidade diz que:

"A acessibilidade, conceituada pela Lei 10.098 como sendo a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, refere-se a dois aspectos, que embora tenham características distintas, estão sujeitos a problemas semelhantes, no que diz respeito à existência de barreiras que são interpostas às pessoas com necessidades especiais: o espaço físico e o espaço digital". (TAVARES FILHO et al., 2002).

Vemos então que, a acessibilidade está cada vez mais ligada à prática de inclusão, sempre vendo meios adaptados para que possam proporcionar possibilidades para aquelas pessoas que têm alguma deficiência, não apenas em meio físico, mas também relacionada aos meios digitais.

Sasaki (2004), discorre que "o conceito de acessibilidade deve ser incorporado aos conteúdos programáticos ou curriculares de todos os cursos formais e não-formais existentes no Brasil", diz ainda que, "a acessibilidade não mais se restringe ao espaço físico, à dimensão arquitetônica". Sasaki (2004), refere-se a seis tipos de dimensões de acessibilidade, sendo: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, através dessas ele define as de grande importância para o conceito de acessibilidade. (SASSAKI, 2004).

O que pode ser observado é que o conceito de acessibilidade permanece igual em relação aos demais autores citados, tendo em consideração a abordagem das barreiras interpostas para as pessoas com necessidades especiais.

1.4.1 A Acessibilidade do surdo na escola

No cenário atual, podemos perceber quando o assunto é acessibilidade ou inclusão nas escolas daqueles que têm deficiência ou capacidade reduzida, vemos uma grande variação de casos em que em alguns locais não possuem recursos adequados para acolher essas pessoas. A partir daí, surgem vários paradigmas para tentar solucionar esses aspectos que mesmo presente em diversas leis e decretos, a mudança não foi atingida.

Uma das grandes formas acessíveis para o aluno surdo se passa pelo empenho do professor em se preocupar com seus alunos, se estão compreendendo os recursos de ensino, para que possam potencializar ainda mais os estudos. Porém durante as aulas de Educação Física, surgem dificuldades onde professores não utilizam métodos para facilitar a aprendizagem. Por tanto cabe aos professores de Educação Física uma forma capacitada a ponto de criar estratégias para desenvolverem atividades a alunos com surdez, porém trabalhando na mesma forma com os demais.

No ambiente escolar existem leis previstas como no Decreto nº 5296/2004, que assumem a responsabilidade de adequação e acessibilidade a todos.

[...] que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. (Decreto nº 5.296 de 03/12/2004, p. 5).

Consequentemente, a acessibilidade não está ligada apenas em espaços físicos, mas também em todos aqueles equipamentos prováveis para que tenhamos resultados positivos em relação à inclusão. Desse modo, teremos então, crianças com deficiência sendo incluídas nas unidades de uma forma agradável e de cumprimento com os direitos regulares da legislação.

Em alguns espaços escolares em que não há um processo no qual podemos destacar de forma correta o modo de acessibilidade e inclusão a alunos com deficiência, vemos uma necessidade de reformulação de conceitos que visem a total inserção de todos os alunos nas aulas. Sabe-se que as necessidades não se referem apenas à mobilidade, mas também em todos os meios viáveis que garantem maiores oportunidades de aprendizagem.

Nas escolas, o processo de acessibilidade deve ser pensado para todos os tipos possíveis de imprevistos, renunciando o acesso das crianças com deficiência. Diante disso, destacamos a presença do deficiente auditivo, que da mesma maneira que uma pessoa ouvinte tem, eles também podem adquirir o direito de acessibilidade e inclusão.

O processo de acessibilidade da criança surda na escola, não está voltada apenas na mobilidade dessa criança no interior da unidade escolar, mas também está relacionada com suas implicações na sala de aula. A criança se desenvolve na sala de aula a partir de sua fala e de sua audição, com isso surgem alguns desafios para as crianças surdas, devido a "diferença" entre ela e as outras crianças.

Para Mantoan (2012), o lado inclusivo referente a acessibilidade destaca que, " a adaptação é consequência da auto-regulação do processo de aprendizagem, pois é o aluno quem se adapta ao conhecimento, de acordo com suas possibilidades de

assimilar o novo ao que já conhece". Portanto, essa criança deve estar relacionada ao meio inclusivo através de métodos inclusivos e acessíveis mediante ao seu desenvolvimento.

No caso de crianças com deficiência auditiva na escola, devem ser disponibilizados recursos capazes de garantir os direitos básicos destes alunos. Recursos nas quais sejam elaboradas através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com a presença de intérpretes, materiais para que facilitem a compreensão destes alunos, professores regentes capacitados para essas diversidades e a presença de professores de apoio, que são de suma importância para a aprendizagem destes alunos com deficiência auditiva. Além é claro, do total apoio da comunidade escolar como os gestores, demais funcionários, alunos e pais.

Albres e Rodrigues (2018), relatam que:

Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais contribuem para a demarcação do novo termo, que em consonância com denominações já usadas em outros países e contextos educacionais brasileiros, passa a designar o profissional que como intérprete educacional ocupa o lugar da mediação linguística e cultural. (ALBRES, RODRIGUES, 2018. p.29).

O apoio do professor é fundamental para a formação das pessoas com deficiência, por isso, é importante que esses profissionais melhorem a maneira de observar a inclusão, engrandecendo ainda mais seu papel, propondo aulas organizadas, sistematizadas e que viabilizem a inclusão do aluno que possua qualquer tipo de necessidade especial. Assim, deve ser o professor de todos e não de alguns, monopolizando o ensino e descaracterizando o fundamento básico da educação que é assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano.

Com isso, a acessibilidade na escola está muito além de se adaptar a um espaço, mas também está ligada a formas acessíveis da formação dos professores para que possam desempenhar seu trabalho para alunos deficientes de uma maneira ampla e de fácil entendimento. Portanto, devemos salientar que a formação continuada dos professores é de grande importância para o atendimento às crianças com deficiência, porém deve ser colocado em destaque que aqueles profissionais que não receberam a formação continuada, não sejam os principais culpados pelo baixo rendimento na prática destes alunos, nesse sentido, precisamos analisar o contexto. Dar a credibilidade ao trabalho em sala de aula, de maneira que todos os alunos consigam entender o que está sendo apresentado, tendo como particularidade o lado dos professores, a formação continuada é um começo para uma mudança de paradigma.

Em relação à educação de surdos, ALBRES; RODRIGUES (2018) dizem que:

Dentre os profissionais envolvidos diretamente com a educação de surdos que compreendem as especificidades linguísticas e socioculturais desses alunos estão: (i) os professores bilíngues para atuar na educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental e para o ensino do Português como segunda língua; (ii) os professores de Libras; e (iii) os tradutores e intérpretes de Libras-Português (ALBRES; RODRIGUES, 2018. p.17).

Perante a isso Carvalho (2010), discorre a seguinte fala sobre a formação dos professores:

Convém trazer para discussão o sentido e o significado da formação continuada que a coloca, apenas, restrita aos cursos oferecidos aos professores para se atualizarem. Reconheço que eles são necessários, que trazem muitas informações e novas teorias, mas a experiência mostra que se tornam insuficientes se não houver, como rotina das escolas, encontros de estudos e de discussão sobre o fazer pedagógico, envolvendo a comunidade escolar. (CARVALHO, 2010, p.161).

Observa-se que é muito importante a formação continuada por parte dos professores, por apresentar mais experiência promovendo mais qualidade e desempenho, lembrando que essa formação não está apenas restrita a professores, mas está ligada a todo o meio escolar presente.

2 SURDEZ E SUAS CARACTERÍSTICAS

Neste capítulo, iremos tratar de assuntos como a surdez e suas características, a história do surdo na educação brasileira e sobre LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

A surdez, conhecida também como deficiência auditiva, pode ser estabelecida em dois aspectos, tais como: a congênita em que a criança obtém a deficiência durante a gestação e que ocorre devido a medicamentos, doenças e até problemas no parto podem provocar a surdez na criança; a surdez adquirida pode ocorrer com o envelhecimento, onde pode ir se desgastando ao passar dos anos. Portanto, em alguns casos especiais podem ser reversíveis já em outros não.

Com isso, através de pesquisas científicas podemos dizer que o surdo, "é todo indivíduo cuja audição não é funcional no dia a dia", e considera segmentado aquele indivíduo que mesmo com próteses ou não, e que seja deficiente, sua audição seja funcional. É considerado deficiente auditivo aquele indivíduo que teve perda parcial de no mínimo quarenta e um (dB).(<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/titulo-caracterizacao-da-surdez/41179>).

Com esses reconhecimentos citados, obtivemos a caracterização da surdez, os

quais vimos de que forma a surdez surge, sendo ela congênita ou adquirida. Através destes conhecimentos, temos então a importância de algumas práticas e objetos que facilitam a história de vida de um deficiente auditivo. A execução do estudo em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) que será relatada ao decorrer desta pesquisa é uma das ideias envolvendo as facilidades do deficiente auditivo, assim como também os aparelhos auriculares e as Leituras Orofacial (LOF), conhecida por ser a prática de compreender mensagens através de pistas visuais, movimento dos lábios e expressões faciais. A Leitura Orofacial (LOF), é pouco utilizada por ser considerada difícil de compreender determinadas mensagens, porém através de estudos, a criança passa a ter mais chances de ter acesso a linguagem oral.

Para Monteiro; Silva; Ratner (2017):

“As dificuldades que as pessoas surdas vivenciam dizem respeito à incapacidade de ouvir e, portanto, de se comunicar com a sociedade que ouve, pois eles não compartilham o mesmo canal de comunicação. Esta situação impede a integração total das pessoas surdas em suas famílias (se tratando de pais ouvintes não sinalizadores), e na sociedade, já que os relacionamentos sociais são estabelecidos primariamente por sons”. (MONTEIRO; SILVA; RATNER, 2017 p.1).

É de grande importância lembrar que a surdez não tem a característica de ser observada visualmente, tornando seu diagnóstico impossível de ser descoberto em um primeiro momento. Este problema do não diagnóstico de imediato, pode se tornar algo prejudicial, afetando o convívio entre pais e filhos.

Quando ocorre o conhecimento da família, que seu filho terá uma experiência diferente das demais crianças, envolvendo aspectos da deficiência, normalmente os pais sentem-se culpados, negando a situação de seu filho, gerando indícios de depressão podendo chegar em pensamento de morte.

Para Hornes(2015) :

O desenvolvimento educacional da criança com deficiência auditiva depende de vários fatores. Entre eles está a forma como essa criança cresceu no ambiente familiar, como sua deficiência foi trabalhada pela família e se teve um tratamento precoce, fundamental para sua comunicação com o mundo (HORNES, 2015 p. 4).

Portanto, estes aspectos devem ser tratados primeiramente pela família, por obter uma estrutura preparada para acolher seus filhos, melhorando em sua característica e sua comunicação.

2.1 O surdo e sua história na educação brasileira

A surdez no Brasil começa a ter reconhecimento na educação a partir de 1857, através da presença do professor francês Hernet Huet, que também era surdo. No mesmo período de sua chegada, foi fundada então a chamada “Imperial Instituto de

Surdos Mudos, atualmente presente como Instituto Nacional de Educação de Surdos" - (ROCHA, 2007). Ao longo dos anos, após o surgimento da educação de surdos no Brasil ocorreram diversas mudanças em regimentos e estruturas para que o ensino nas linguagens se tornasse um objetivo de alfabetização. Neste período de descobertas, houve grandes congressos, surgindo algumas conquistas importantes para a sociedade surda, tais como a FENEIDA - Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos, que logo passou a ser chamada de FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

Entretanto, depois de lutas incansáveis atrás de melhoras na prática de expressão aos deficientes auditivos no Brasil, no dia 24 de Abril de 2002 através do Artigo 1 da lei 10.436, a Língua Brasileira de Sinais - Libras, entra em vigor para facilitar na expressão, visando uma estrutura gramatical própria, transmitindo ideias e fatos para a comunidade surda no Brasil (BRASIL, 2002).

Esse histórico nos revela movimentos de luta ao longo dos anos que procuraram assegurar os direitos de inserção do deficiente auditivo na sociedade. E que, a partir da LBI - Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2005, foi assegurado a formação bilíngue em escolas inclusivas sendo proporcionado por professores especializados.

Com base na história da inclusão da pessoa com deficiência destaca-se o procedimento da Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2005, que diz respeito em "assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania" (BRASIL, 2015).

2.2 LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

Para falarmos da Língua Brasileira de Sinais, devemos primeiramente apontar a grande importância deste meio de comunicação para a pessoa surda. Este processo se torna capaz de evoluir com o cognitivo-linguístico semelhante ao observado em uma criança que seja ouvinte. Através deste aspecto, podemos entender a necessidade e a importância que este meio linguístico se torna na vida daqueles que não possuem audição.

A partir deste entendimento, podemos destacar a Língua Brasileira de Sinais sendo criada para suprir as necessidades especiais da pessoa surda. A política de inclusão está baseada de acordo com artigos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1998), que se referem ao direito de todos, sendo vistos com plena igualdade.

A LIBRAS se torna uma prática para pessoas que têm deficiência auditiva para

que possam estar presentes em meio a comunidade, através dos ensinamentos propostos pelos profissionais para que possam se integrar socialmente. Para Behares (1993), "nesta forma, a língua de sinais deixa de ser conhecida apenas como símbolos e se tornam uma estrutura multiarticulada e multi vinculada, com base nos mesmos princípios gerais de organização que podem ser encontrados em qualquer língua". (BEHARES, 1993, p. 43).

"A Língua Brasileira de Sinais se tornou oficialmente uma modalidade gestual-visual no Brasil, a partir de Abril, no dia 24 do ano de 2002, sendo reconhecida através da Lei nº 10.436" (BRASIL, 2002). Porém, antes de se tornar oficial, o Poder Público, através da "Lei nº 10.098, de 9 de dezembro de 2000, proporcionou a implantação da formação de professores capacitados em língua de sinais de forma a facilitar o entendimento à comunicação da pessoa com deficiência auditiva" (BRASIL, 2000). Desde então, já se destacam a importância da Língua Brasileira de Sinais que é uma ferramenta totalmente importante para a comunicação dos deficientes auditivos e para a inclusão social.

Em 22 de dezembro de 2005 foi implementado o decreto N° 5.626, que regulamenta o Art. 18 da lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 e a lei N° 10.436 de 24 de abril de 2002, que descreve sobre a Língua Brasileira de Sinais e suas providências, sendo então implementadas LIBRAS como disciplina fundamental e obrigatória para a formação de professores.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL. Decreto N° 5.626, 22/12/2005, Art 3).

Como visto no artigo citado, podemos observar a grande importância e a obrigatoriedade de incluir LIBRAS como sendo disciplina curricular fundamental para a formação de professores capacitados para se comunicar de forma eficiente com os alunos deficientes auditivos.

Durante esse processo, a escola deve proporcionar o reconhecimento histórico e cultural, para que possam eliminar barreiras a ponto de engrandecer a presença do deficiente auditivo e as suas particularidades no ensino regular. É importante enfatizar o livre acesso desses alunos na escola priorizando a total inclusão destes nesse ambiente.

Diante disso Rangel e Stump (2010, p.116), relacionam que:

[...] Os surdos querem receber mais do que a devida atenção aos aspectos

psicológicos que permitem a formação de identidades saudáveis. Eles querem ir à escola para deixarem de ser analfabetos e para receberem a educação que lhes permita o acesso a reais perspectivas nos campos laboral e social.(RANGEL; STUMPF, 2010, p.116).

Através da fala das autoras citadas, podemos observar a importância de garantir uma melhor qualidade de ensino às crianças com deficiência auditiva, criando grandes perspectivas no aspecto social, visando a interação e ampliando para as outras crianças que não possuem a deficiência como fator a mais de aprendizado e tolerância com a diversidade.

A relação adquirida pela criança surda com a língua de sinais se dá através do convívio diretamente com uma pessoa adulta que seja deficiente auditivo. Já a oralidade é favorecida a uma criança através de um adulto ouvinte, relação desenvolvida por sua primeira língua. Portanto, destaca-se a preocupação em preparar as atividades por meio dos professores, mencionando as crianças surdas, devendo ser elaboradas de modo que busquem a praticidade de entendimento do aluno para que os mesmos possam compreender de maneira simples e clara o que está sendo transmitido.

Deve-se observar a preocupação por meio da formação dos professores e a participação da família na vida escolar do aluno, por este passar muito tempo na escola. A partir daí, o professor mediador de seus conhecimentos ensinará os conceitos, porém, para que haja consentimento do que está sendo aplicado, o aluno deverá confiar no professor para que as chances de progresso sejam maiores.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização do estudo

O presente estudo teve como metodologia a revisão bibliográfica, com análises de textos bibliográficos através de artigos científicos que apresentaram a realidade do surdo no contexto escolar.

De acordo com Cervo; Bervian (1983 p.55), "pesquisas bibliográficas buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema".

Em outros artigos destacamos também a fala de Boccato (2006), em relação às pesquisas bibliográficas.

"A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o

conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.” (BOCCATO, 2006, p.266).

Perante informações sobre pesquisa bibliográfica, tivemos o entendimento de suas características e proporções de ideias para elaborarmos meios para que dessem início às análises favoráveis ao tema proposto para este trabalho.

3.2 Seleção do estudo

O estudo feito, proporcionou um grande enriquecimento nesta pesquisa sugerindo melhoras nas práticas de ensino e em métodos inclusivos através da clareza e informações dadas pelos autores citados. Vale ressaltar que este estudo discorreu através de pesquisas científicas de artigos relacionados ao tema proposto, em relação aos desafios no processo de ensino das crianças surdas nas aulas de Educação Física. Para dar continuidade à pesquisa, foram analisados artigos bibliográficos na Biblioteca da Facmais, no acervo particular do professor orientador e através de textos científicos encontrados nos artigos em meio tecnológico, tais como Scielo e Google Acadêmico.

O estudo foi absorvido através de leituras de arquivos relacionados com a pesquisa com o intuito de desenvolver um grande aprendizado e descrever as experiências adquiridas, propondo a qualificação dos estudos e adquirindo experiências novas para o processo de educação de crianças, jovens e adultos que estejam frequentes no meio da inclusão.

3.3 Leitura Manuscritos

A leitura dos artigos tiveram como objetivo proporcionar ideias de conteúdo agregado para que seja feito o esclarecimento da questão problema da pesquisa. Através das leituras em pesquisas científicas, pode-se avaliar e analisar a capacidade e o estilo de cada fase do trabalho. Com isso, este estudo foi elaborado por três meios de leituras, sendo elas: leitura exploratória, leitura seletiva e leitura analítica.

Primeiramente, discorreremos um pequeno significado da palavra leitura. Ler significa apreender, captar, reconhecer (LAKATOS; MARCONI, 1992 p.15). É através da leitura que se adquire a maior parte dos conhecimentos, pois permite não só o alargamento como também o aprofundamento do saber em determinadas seara

cultural ou científica.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a leitura exploratória propõe que:

são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados. (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 188).

Para Mota (2014) sobre a leitura exploratória,

É a leitura rápida do material bibliográfico, com a finalidade de verificar a importância da obra para a pesquisa. Trata-se de fazer o reconhecimento da obra, adquirindo uma visão global desta: exame a folha de rosto, índices, notas de rodapé, prefácio, orelhas dos livros, o que não dispensa o conhecimento prévio do assunto (MOTA, 2014,n.p).

Nesse sentido, a leitura exploratória está relacionada à prática de investigações de conteúdos para a formulação de pesquisas a ponto de transformar conceitos.

Lakatos e Marconi (2003), descrevem a leitura seletiva com as seguintes palavras:

leitura que visa à seleção das informações mais importantes relacionadas com o problema em questão. A determinação prévia dos distintos propósitos específicos é importante para esta fase, que se constitui no último passo de localização do material para exame e no primeiro de uma leitura mais séria e profunda. A seleção consiste na eliminação do supérfluo e concentração em informações verdadeiramente pertinentes ao nosso problema (LAKATOS e MARCONI, 2003, p.22).

Analisando neste contexto, a leitura seletiva trabalha com a coleta de informações, gerando estratégias para a aprofundação de pesquisa, ao ponto de demonstrar com clareza as dificuldades do problema.

Para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa analítica é “quando contém todas as informações principais apresentadas no texto e permite dispensar a leitura desse último; portanto, é mais “amplo do que o indicativo ou descritivo” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p.69).

Sendo assim, a leitura analítica é responsável por organizar todo o texto com suas ideias, para que possamos através da mesma obter possíveis respostas para a questão problema.

3.4 Resultados e discussões

Para o início da pesquisa foram direcionadas leituras utilizando artigos e livros de diferentes contextos e com anuidade variadas, desde o surgimento da espécie

humana até a atualidade. Com a grande potencialidade de arquivos encontrados nas plataformas digitais e conteúdos produzidos pelo professor orientador foram adquiridos novos conhecimentos e uma forma mais ampla e simplificada para discorrer este presente trabalho.

Perante os textos analisados, podemos observar que o processo de inclusão das crianças surdas baseou-se em aspectos entre a formação dos professores, a acessibilidade, o processo de continuidade dos professores, a falta de interesse por parte dos docentes, falta de recursos materiais e a baixa interação do processo inclusivo.

Para os autores Aguiar e Duarte (2005), a “inclusão social e a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular ocorre de uma forma lenta e gradual, mas, se bem direcionada, favorece o aprendizado e a interação de todos os alunos no ambiente escolar” (AGUIAR;DUARTE; 2005. p.228).

Portanto, observamos de acordo com os autores Gonçalves, Santos e Junior (2007), que a resposta para a inclusão, está relacionado com a falta de clareza do professor, a falta de interesse com sua profissão, até mesmo com a falta de formação continuada deste profissional.

Continuando com os conhecimentos de Gonçalves, Santos e Junior (2007), as dificuldades destes profissionais podem estar relacionadas pela desvalorização, falta de recursos materiais e espaços apropriados. Isso recai principalmente pela falta de recursos e políticas públicas que viabilizem uma melhor capacitação desses profissionais, bem como espaços adequados para atender a todos que precisam do acesso seguro nas escolas.

Podemos analisar diante dos autores Aguiar e Duarte (2005) e Gonçalves, Santos e Junior (2007), que o processo de ensino às crianças surdas se torna um grande desafio tanto para os professores quanto para as crianças com deficiência auditiva. O processo de inclusão está ligado à maneira de se adaptar e de como deve ser acessível ao espaço e as didáticas apresentadas.

O processo de inclusão está cada vez mais presente na vida daqueles que possuem algum tipo de deficiência. A inclusão se torna uma espécie de segunda chance para aqueles que não acreditam no impossível. Podemos verificar a grande importância que este processo trouxe para as crianças, jovens e adultos que buscam um espaço como qualquer outra pessoa, sendo no ensino regular ou em ofertas de empregos.

Para incluir as crianças com deficiência auditiva vimos através das pesquisas científicas as considerações para contribuir com o processo de inclusão, destacando a importância que a acessibilidade tem e contribui, pensando sempre nas

oportunidades de suas próprias escolhas, onde Alves (2006, p. 12), diz que “a acessibilidade é feita para todos”.

As pesquisas estudadas mostram processos iguais diante do papel da escola e dos professores de Educação Física. Sendo assim, a escola tem como obrigatoriedade incluir o aluno com deficiência nas estratégias da escola e montar um plano de acessibilidade para acolher estes alunos. O mesmo acontece com os professores de Educação Física que tem alunos deficientes auditivos ou outros tipos de deficiência. Em relação ao processo da criança surda, o professor deverá adaptar estratégias para que inclua este aluno tornando o ensino acessível a ele e aos demais colegas. Portanto, através da escola e das aulas de Educação Física, podemos ver a grande importância da inclusão, da acessibilidade e da necessidade de mudança dos espaços sociais proporcionando acesso seguro a todos que deles precisam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso, deu-se origem sobre os Desafios no Processo de Ensino às crianças surdas nas aulas de Educação Física Escolar. Procurando estabelecer o conhecimento histórico da Educação Física e os desafios no processo de ensino inclusivo e acessível para as crianças com deficiência auditiva. Esta pesquisa foi elaborada através do interesse em agregar o conhecimento sobre o ensino às crianças surdas, podendo desenvolver informações que geram aspectos positivos para a formação acadêmica.

Este trabalho proporcionou grandes experiências na área da inclusão e do aluno surdo nas aulas de Educação Física, criando expectativas para um desenvolvimento diante dos desafios encontrados nas escolas, gerando ideias de como incluir a todos.

Sabe-se que no processo de ensino inclusivo para as crianças surdas, deve-se analisar estratégias de ensino com diversos recursos para que a aprendizagem e o processo de inclusão se tornassem obrigatoriedade nas escolas de ensino regular, prezando pela igualdade de acesso e modificando aspectos de acessibilidade.

O processo de inclusão deve acontecer de maneira natural para as pessoas com deficiência, mostrando para eles que não são vulneráveis e sim fortes para enfrentar quaisquer obstáculos, seja na prática de esportes ou em sua vida profissional. Mas ao contrário disso, ainda existem pessoas que menosprezam o aspecto de inclusão e da acessibilidade, diminuindo os sonhos da criança de ter seu

espaço na sociedade futuramente.

Para evitar o ato de exclusão, cabe a todos a conscientização, fazendo cada um a sua parte e ajudando àqueles que precisam de um reconhecimento. Nas escolas, criar estratégias de acordo com as necessidades individuais, proporcionando boas visões de futuro e uma boa qualidade de vida para que essas crianças possam crescer adaptáveis a qualquer situação.

Durante as aulas de Educação Física o professor tem como princípios, proporcionar diversas práticas pedagógicas para os alunos que possuam deficiência auditiva, criando atividades lúdicas e acessíveis de forma prazerosa para este aluno e para o restante do grupo. Assim sendo, que tenha capacidade em poder incluir todos os alunos na mesma atividade, fazendo com que tenham o prazer de realizar as práticas nas aulas do professor de Educação Física. Diante disso, o professor tem um papel fundamental de auxiliar todos os alunos e estabelecer um diálogo baseado no respeito à diversidade. Para que isso seja assegurado, as políticas públicas devem priorizar o acesso à inclusão e que isto aconteça para todos com qualidade e acessibilidade. Inclusão com equidade para todos.

Neste modo, a pesquisa nos mostra que o processo de inclusão dos alunos surdos nas aulas de Educação Física deve passar por grandes mudanças em sua prática educativa, capacitando os profissionais para que os mesmos possam contribuir para o trabalho atendendo a todos e respeitando as diferenças. Assim, a prática de acesso à inclusão ao acesso do aprendizado do aluno surdo deve contar com uma boa qualidade na educação.

Refletido em meio aos conhecimentos apresentados neste trabalho, a criação de leis que favoreçam a inclusão não se considera o suficiente para a mudança acontecer. Para que essas diferenças não sejam mais vistas devem começar a proporcionar políticas públicas para a capacitação dos professores e de todos do ambiente escolar, criar movimentos de acessibilidades nas escolas, a compra e manutenção dos materiais e equipamentos e proporcionar o acionamento de intérpretes em LIBRAS para ajudar na comunicação do aluno surdo.

Concluindo, a gratificação deste trabalho nos proporcionou diversas ideias e esclarecimentos, efetivando a resposta para a questão problema desta pesquisa, proporcionando grandes perspectivas de trabalhos, formalizando métodos essenciais e satisfatórios.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. **O Jogo no Ensino de Conceitos a Pessoas com Problemas de Aprendizagem: Uma Proposta Metodológica de Ensino**. 2002. 71f. (Pesquisa de Pós-Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

ALBRES, RODRIGUES. **As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bak/v13n3/2176-4573-bak-13-03-0015.pdf> Acesso em 03 nov. 2020.

ALVES, M. (2006). “**Mobilidade e acessibilidade: conceitos e novas práticas**”. Indústria e Ambiente.

BARBANTI, V.J. **Dicionário de educação física e esporte** São Paulo: Manoele, 2002.

BARROSO; DARIDO. **Escola, Educação Física e Esporte: Possibilidades Pedagógicas**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_A_O_FISICA/artigos/iniciacao_ritmica.pdf Acesso em: 04 jun. 2020.

BASTOS, Leandro Veras. **Os Desafios da Educação Física Escolar**. Disponível em: https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao-fisica/os-desafio_s-da-educacao-fisica-escolar/30168 Acesso em: 02 jun. 2020.

BETTI; ZULIANI. **Educação Física Escolar: Uma proposta de Diretrizes Pedagógicas**. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/issue/view/125> Acesso em: 31 out. 2020.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade de São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dez. 2005**. Presidência da república, Casa Civil, Brasília, DF, 22 de dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 02 mai. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.** Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/99492/lei-de-libras-lei-10436-02#art-1> Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 31 out. 2020.

BRASIL. **Norma Brasileira 9050/2004.** Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/nbr_%2009050_acessibilidade%20-%202004%20-%20acessibilidade_a_edificacoes_mobiliario_1259175853.pdf Acesso em: 02 nov. 2020.

CAIUSCA. **Educação Física Inclusiva.** Disponível em: <https://www.guiaestudo.com.br/educacao-fisica-inclusiva> Acesso em: 05 set. 2020.

CARLOS; CAMPOS; BENDA. **Iniciação esportiva: Base para Diversidade e Complexidade do Desenvolvimento Motor.** Disponível em: <https://www.revistacarioca.com.br/revistacarioca/article/view/54/72> Acesso em: 08 jun. 2020.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem.** Porto Alegre. Edit: Mediadora. 2000.

CAVALCANTE; SOARES; SANTOS. **Inclusão de surdos no ensino regular: entre o discurso oficial e a realidade do cotidiano escolar.** Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/ElenyBrandaoCavalcante-ComunicacaoOral-int.pdf> Acesso em: 29 out. 2020.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN. Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CORRÊA, Priscila Moreira. **Acessibilidade: conceitos e formas de garantia.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v15n1/12.pdf> Acesso em: 02 nov. 2020.

DIZEU; CAPORALI. **A Língua de Sinais Constituindo o surdo como sujeito.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a14v2691.pdf> Acesso em: 17 abr. 2020.

GUARINELLO, Ana Cristina et al. **A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do estado do paraná.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v12n3/02.pdf> Acesso em: 03 nov. 2020.

GUEDES, Patrícia Mota. PORTAL EDUCAÇÃO, 2014. Trabalho de educação física

nas escolas. **Revista online Portal Educação**. Disponível em:

<http://www.portaleducacao.com.br/educacao-fisica/artigos/55482> Acesso em: 01 nov. 2020.

HORNES, Andreia. **O deficiente auditivo e a inclusão na escola regular**. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16627_9019.pdf Acesso em: 01 nov. 2020.

LAKATOS; MARCONI. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo. EDITORA ATLAS S.A. - 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Texto de conferência escrito para o 2º Encontro Cearense de Educadores, promovido pelo OfinArtes – Centro de Acessória Pedagógica, Fortaleza, 1999.

LOZADA, Cristiano. **Introdução à profissão: Educação Física**. Porto Alegre: SAGAH, 2007.

MANFRED, A.Z. **História do Mundo**. Disponível em: marxists.org/português/Manfred/historia/v01/index.htm. Acesso em: 01 jun. 2020. <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/nutricao/educacao-fisica-escola/15413> Acesso em: 02 jun. 2020.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições**. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4030> Acesso em: 29 out. 2020.

MANTOAN, M.T.E. **O direito à diferença nas escolas-questões sobre a inclusão escolar de pessoas com ou sem deficiências**. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4952/2981> Acesso em: 02 nov. 2020.

MARCILIO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html> Acesso em: 29 out. 2020.

MIRANDA, Rizoaldo Castro. **História dos Surdos**. Disponível em: [http://mirandalibrassemfronteiras.weebly.com/-histoacuteria-dos-surdos.html#:~:text=\(CARVALHO%2C%202007\)..protegidos%20e%20tidos%20com%20o%20cidad%C3%A3os.&text=Na%20Gr%C3%A9cia%20os%20surdos%20eram,linguagem%20seriam%20incapazes%20de%20raciocinar](http://mirandalibrassemfronteiras.weebly.com/-histoacuteria-dos-surdos.html#:~:text=(CARVALHO%2C%202007)..protegidos%20e%20tidos%20com%20o%20cidad%C3%A3os.&text=Na%20Gr%C3%A9cia%20os%20surdos%20eram,linguagem%20seriam%20incapazes%20de%20raciocinar). Acesso em: 10 mai. 2020.

MONTEIRO; SILVA; RATNER. **Surdez e Diagnóstico: narrativas de surdos adultos**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v32nspe/1806-3446-ptp-32-spe-e32ne210.pdf> Acesso em: 02 out. 2020.

NOZI; VITALIANO. **Saberes necessários aos professores para promover a inclusão.** Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/3343/3824> Acesso em 03 mai. 2020.

RANGEL, G. M. M; STUMPF, M. R. A pedagogia da diferença para o surdo. In: LODI, A. C. B; MÉLO, A. D. B; FERNANDES, E. (Org)s. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos.** Porto Alegre: Medição. 2012. P. 113-133.

SAMPAIO. M.J.A. **Um olhar sobre a efetivação da Política Pública na Educação de surdos: Foco na produção textual.** Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6428/1/arquivototal.pdf> Acesso em: 02 mai. 2020.

SANTOS; DANTAS; OLIVEIRA. **Desenvolvimento motor de crianças, de idosos e de pessoas com transtornos da coordenação.** Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/05/desenvolvimento-motor-e-transtornos-de-coordenacao.pdf> Acesso em: 08 jun. 2020.

SASSAKI, R. D. **Inclusão - Construindo uma Sociedade para Todos.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999. _____. **Inclusão - Construindo uma Sociedade para Todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SIGOLO; GUERREIRO, CRUZ. **Políticas Educacionais para a Educação Especial no Brasil: uma breve contextualização histórica.** Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/982/1393> Acesso em: 02 mai. 2020.

SOUSA, José Carlos de. **A inserção da disciplina Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental.** Ariquemes- RO, 2015. Disponível em: <https://www.dicaseducacaofisica.info/educacao-fisica-na-ldb-lei-939496/> Acesso em: 02 jun. 2020.